

A PEDAGOGIA MODERNA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX

ANA MARIA LEITE LOBATO

Doutoranda em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará-FACED. Professora Permanente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. E-mail: leao.jr@uol.com.br

FRANCISCO ARI DE ANDRADE

Doutor em Educação Brasileira. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira – PPGE (Mestrado e Doutorado) e Coordenador do Curso de Pedagogia (diurno) na Universidade Federal do Ceará-FACED. E-mail: andrade.ari@hotmail.com

Introdução

O Brasil no final do século XIX vivia um período de transição política e buscava na educação um viés para a formação de um novo homem. Portanto, o ensino nas escolas foi questionado quanto a sua qualidade pedagógica, formação cívica, liberdade e passou a ser laico, adotou a moral cívica e tomou como referência outras experiências, principalmente a francesa, para renovar as bases da pedagogia na educação, de acordo com a proposta do projeto civilizador da República.

O texto discute algumas ideias educacionais com bases nas teorias de Condorcet e Pestalozzi, parte do entendimento que a organização dos sistemas nacionais de educação que sugeriram nessa época em países europeus e americanos, assim como no Brasil, com a adoção da forma gratuita, universal, obrigatória, leiga, deve às teorias defendidas por esses dois teóricos. Dentre essas ideias manifestadas nos debates sobre a renovação da concepção de educação brasileira e a implantação de novos métodos de ensino, teve destaque o método intuitivo. Assim, foi necessário trazer à reflexão, o surgimento dessas ideias e como esses aspectos absolvidos e desenvolvidos pela pedagogia no século XVIII tiveram desdobramentos no século XIX, sua inserção e contribuição na renovação peda-

gógica no ensino brasileiro durante o século XIX, principalmente no início da República.

Desta forma, este estudo reflete sobre as posições pautadas nos teóricos citados, tendo como foco o papel da pedagogia na Educação Republicana. O texto está organizado a partir da discussão sobre a forma como a pedagogia foi reorganizada em novas bases científicas, técnica, com mudança no funcionamento da escola; pautada nos conceitos de liberdade, ensino laico, método intuitivo e a concepção de educação nacional, como um dos preceitos defendidos por teóricos que argumentava a favor da escola moderna. Nas considerações finais retoma o debate sobre a reorganização pedagógica na educação brasileira e as reivindicações quanto às melhorias desse processo para um ensino de qualidade.

A pedagogia em novas bases

A educação no século XIX sofreu inferência dos acontecimentos políticos e sociais, fato que já vinha acontecendo nas épocas anteriores. Nesse cenário, entrou em cena também a Revolução Industrial, com mudança na forma de organização da produção, nas relações sociais, políticas e culturais. Isso envolveu uma nova postura dos sujeitos perante o mundo e a necessidade de educar o povo, para atender as emergentes demandas do mundo do trabalho, em decorrência da dinâmica do sistema capitalista e sua manutenção. Todavia, um dos esforços do século XIX foi “efetivar a educação do ponto de vista nacional” (LUZURIAGA, 1985, P. 180).

A educação do ponto de vista nacional foi objeto de disputa extrema entre os partidos políticos, que viam através da educação e da pedagogia, principalmente nas escolas, setores chaves do controle social, um canal para fins políticos da própria gestão, do poder social e político. Assim, a luta foi intensa entre os conservadores e progressistas, reacionários e liberais, de forma geral foi uma luta entre a Igreja e o Estado, este último acabou por assumir em cada

país a organização da educação pública nacional. É a partir deste século que surgem os sistemas nacionais de educação e as grandes leis da instrução pública de todos os países europeus e americanos, e assim, a educação foi organizada em outros moldes: gratuita, universal, obrigatória, sendo na maior parte leiga ou extraconfessional¹ (Ibidem, 1985).

No século XIX também estiveram presentes os grandes pensadores sobre essa educação, na primeira metade predominou a pedagogia da corrente idealista, herança do século anterior, representada por filósofos como Fichte, Hegel e Schleiermacher, e escritores como Goethe, Schiller, Lessing e Jean Paul Richter. A concepção pedagógica nessa época apresentou também posturas diferentes entre seus pensadores. Assim, na primeira metade do referido século predominou a concepção idealista, com destaque para a figura de Friedrich Fröbel, o criador da educação da primeira infância. Na segunda metade do mesmo século predominou a posição mais realista de Frederico Herbart, o fundador da pedagogia científica e Herbert Spence representante da postura pedagógica positivista (LUZURIAGA, 1985).

O século XIX foi o século da pedagogia, nele ocorreram muitos conflitos ideológicos, herança das grandes correntes e das fases pedagógicas do século XVIII. No entanto, outros aspectos de acordo com Cambi (1999) foram presentes no debate sobre a pedagogia e desenvolvidos em profundidade, com ênfase no caráter técnico e filosófico do fazer pedagogia ou educação.

O primeiro aspecto envolveu a reflexão em torno da *Bildung*² durante todo o século, esse debate envolveu um processo de for-

¹ Toda escola era declarada confessional, porque além das disciplinas adotava preceitos religiosos católicos, ou protestantes, em resumo era professado como cristã. Nessa época, a educação passou a ser um bem público, isso implicou o seguinte: que deveria haver um conjunto de informações e conhecimentos que deveriam ser garantidos a todos, independentemente de ideologias particulares.

² É a ideia de cultura ou *Bildung*, como uma espécie de pedagogia da ética, que nos torna aptos a ser cidadãos, responsáveis e de boa índole (EAGLETON, 2005).

mação humana e cultural, em várias dimensões de forma crítica e também utópica, foi um grande esforço de alcançar à harmonia do sujeito, a liberdade, o equilíbrio, ou seja; a pedagogia pensada nesses moldes foi bastante crítica em relação às ideologias, deu ênfase ao ideal de liberdade como autonomia em busca de um ser humano melhor, de alma bela.

O segundo aspecto refere-se à função educativa da arte, iniciada pelos românticos e retomadas nos sistemas de outros pensadores como Schelling e Schopenhauer; na prática educativa dos que pensavam como Fröbel, ou Richter. Também foi motivo de reflexão em Herbart e alguns autores do positivismo, onde cada um dentro de sua forma de pensar, valeu-se da arte para defender seus argumentos pedagógicos, assim esteve em pauta os desenhos, a fantasia, o desenvolvimento das capacidades cognitivas, do enriquecimento da personalidade, o jogo. A arte ganhou uma relevância fundamental para a pedagogia e a educação durante todo o século, devido um dos principais aspectos do ser moderno, – a criatividade –, essa move a liberdade da mente.

O terceiro aspecto foi à importância assumida pela epistemologia, ou seja; é a pedagogia enquanto saber sob as bases de fundamentação de cientificidade, revelando seu discurso pelo uso de um método, considerando as especificidades lógicas do discurso pedagógico. O quarto aspecto trata da reorganização técnica, principalmente quanto à funcionalidade e sua operacionalização, a forma como a pedagogia funcionou na época teve haver com a política, e isso inferiu na estrutura curricular, nas demandas, necessidades sociais de profissionalização, conformação ideológica, ou resistência, desvelando sua função e perfil enquanto funcionamento em toda a instituição escolar.

De forma que, todos esses aspectos absolvidos e desenvolvidos pela pedagogia no século XVIII tiveram desdobramentos no século XIX. Principalmente, porque nessa época “na França, entre a Revolução e o Império, nasce um sistema educativo moderno e or-

gânico, que permanecerá os fundamentos para a escola contemporânea, com seu caráter estatal, centralizado, organicamente articulado, unificado por horários, programas e livros de texto”. Isso possibilitou a pedagogia se reorganizar em novas bases, reguladas por novas teorias, disposta a responder a novos desafios, rica em teorizações pedagógicas, em compromissos educativos, reformismo escolar, que se traduziu em riqueza e criatividade da pedagogia, colocando o século XIX como o século da pedagogia; tudo isso ocorreu num momento em que a educação nas escolas recebera a tarefa de formação social e de integração produtiva atendendo a interesses políticos e as demandas da revolução industrial (CAMBI, 1999, p. 365).

Essa forma de conceber a instrução pública está articulada a concepção de escola moderna e emergiu com a Revolução Francesa (1789-1795), ela “significou desintegração da forma de organização feudal e criou as condições para a consolidação e a organização da sociedade burguesa capitalista” (RODRÍGUEZ, 2010, P.67). No período da referida revolução, os debates sobre a passagem da concepção de educação pública estatal à educação pública nacional, entendida como um direito de todos e não mais como a formação do súdito para servir ao Estado e imposta pelos príncipes foi intensamente debatida. Nesse sentido Luzuriaga diz o seguinte:

Pelo fim do século XVIII, a educação europeia sofre modificação radical com a Revolução Francesa. A transformação política nela introduzida faz que a educação estatal, a educação do súdito, próprio da monarquia absoluta e do despotismo esclarecido, se converta em educação nacional, na educação do cidadão, que há de participar do governo do país. Aquela era a educação para a obediência; esta, para a liberdade. Aquela tinha caráter intelectual e instrumental; esta, caráter cívico e patriótico. Aquela era dada como dever imposto; esta é exigida como direito, como um dos direitos do homem e do cidadão. Principia a educação nacional na França, mas pouco depois se estende a todo o mundo civilizado, Europa e América. A Revolução Francesa deixou,

com efeito, assentes as bases da nova educação, embora não tenha podido leva-la à realidade pela curta duração – dez anos – e pelas dificuldades políticas externas e internas (LUZURIAGA, 1985, P.155).

De acordo com Cambi (1999), no período da revolução Francesa houve a reivindicação por uma instrução útil à sociedade e ao seu progresso, esta, deveria ocorrer via a escola popular gratuita (embora não obrigatória). Nessa época (1791) um dos destaques foi Marie Jean Antoine Caritat de Condorcet³ (1741-1794), conhecido por Marquês de Condorcet, o qual era secretário da Academia Francesa e redigiu um projeto junto com o comitê de Instrução Pública, criado em outubro de 1791 pela Assembleia Legislativa francesa. Nesse momento, Condorcet aproveitou e escreveu seu famoso relatório, no qual desenhou seu pensamento sobre a instrução pública:

No seu Relatório, Condorcet tem em mira uma escola que desenvolva as capacidades do aluno, que estabeleça uma verdadeira igualdade entre os cidadãos, que realize uma completa liberdade de ensino, que valorize a cultura científica. O relatório fixa cinco graus de escola: as escolas primárias, as secundárias, os institutos, os liceus e a sociedade nacional para as ciências e as artes (ou universidade). Só através da instrução era possível tornar real a égalité (já

³ Condorcet nasceu em 17 de setembro de 1743 em Ribemont e seu nome é Marie-Jean-Antonie-Nicolas Caritat, filho de uma família aristocrática, fez seus primeiros estudos no Colégio Jesuíta de Reims. Foi autor das obras: Bosquejo de un cuadro histórico de los progresos del espíritu humano y otros textos (CONDORCET, 1997), Cinco memórias sobre a instrução pública (CONDORCET, 2008) e Escritos sobre instrução pública: Condorcet (CONDORCET, 2010), todas traduzidas após sua morte. Durante o período revolucionário francês escreveu praticamente sozinho o Relatório e Projeto de Decreto Sobre a Organização Geral da Instrução Pública, o qual foi submetido à Assembléia Nacional em 20 e 21 de abril de 1792. Elaborou também um Projeto de Constituição, no entanto, a versão da carta constitucional aprovada desagradou Condorcet, o que o levou a escrever Avis aux français sur la nouvelle constitution, alertou os franceses quanto “ameaça que pairava sobre a liberdade”. Devido a isso, foi perseguido passando a viver na clandestinidade até março de 1794, quando foi preso. Morreu na prisão em circunstâncias não muito claras e “as explicações oscilam entre o suicídio por envenenamento e o esgotamento físico” (ALVES, 2010, p. 4 – 5).

que só ela tornava atual a voz da razão, levando-a ao povo) e participar a todos a cultura científica. [...] Ainda em 1791, a Constituição sublinha que será criada uma instrução pública, comum a todos os cidadãos, gratuita nas partes de ensino indispensáveis a todos os homens, e cujos institutos serão distribuídos gradualmente em todo o reino. Nesta primeira fase, fixam os princípios da pedagogia revolucionária (instrução pública para todos administrada pelo Estado, de caráter laico e livre, destinada a formar o cidadão fiel às leis e ao Estado) e o quadro orgânico da reorganização da escola sob escolha nacional (CAMBI, 1999, P. 366).

Desse modo, a reorganização da educação não era de exclusividade de Condorcet, mas sim da burguesia. Assim, é preciso compreender que naquele momento, as raízes que fundamentavam historicamente a educação foi algo mais amplo e não se limitou a construção da nacionalidade ou da concepção da educação nacional. Mas principalmente, em cobrar de uma instrução pública, o atendimento às exigências da sociedade que não era mais feudal e sim burguesa (RODRÍGUEZ, 2010). Dentre as heranças teóricas da pedagogia oitocentista, além de Condorcet, a de Pestalozzi⁴ foi retomada no século XIX por Fröbel. O pensamento pedagógico de Pestalozzi tem base em três teorias:

⁴ Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) nasceu em Zurique, filho de um pastor protestante de origem italiana, estudou na cidade natal e participou do movimento pela independência Suíça. Foi influenciado – na fase juvenil – pelo pensamento de Rousseau e por alguns aspectos do movimento romântico, como a exaltação da imaginação. Em 1767 iniciou sua atividade de empresário-educador em Neuhof, onde se interessou pelos problemas da população agrícola, com iniciativas da educação profissional. Em 1770, nasceu o filho Jean-Jaques. Uma grande obra pedagógica é o romance *Leonardo e Gertrude*. O pensamento pedagógico juvenil de Pestalozzi é orientado pelos princípios rousseauianos da educação segundo a natureza, da educação familiar e da finalidade ética da educação. Outras publicações ocorreram entre 1783 e 1787 fez com que ganhasse mais visibilidade na Europa. Entretanto, suas ideias pedagógicas foram mais difundidas através do *Jornal do Povo Suíço*, o qual dirigiu em 1779. Seu grande mérito foi a organização do método educativo (método intuitivo e ensino mútuo) em 1805 em Yverdon. Completa ainda – em 1826 –, duas obras autobiográficas: *O canto do cisne* e *Destinos da minha vida*. Morre em Brugg, em 1827 (CAMBI, 2013).

1. A da educação como processo que deve seguir a natureza, retomada de Rousseau, segundo a qual o homem é bom e deve ser apenas assistido no seu desenvolvimento, de modo a liberar todas as suas capacidades morais e intelectuais. [...] segundo Pestalozzi – como também Rosseau –, a criança já tem em si todas as faculdades da natureza humana: ela é como um botão que ainda não se abriu, mas quando se abre cada pétala se expande e nenhuma permanece no seu interior, e assim deve ser o processo de educação. 2. A da formação espiritual do homem como unidade de coração, mente e mão (ou arte), que deve ser desenvolvida por meio da educação moral, intelectual e profissional ligada em torno da Anschauung, entendida como observação intuitiva da natureza, que promove o desenvolvimento intelectual, o qual por sua vez promove um desenvolvimento moral, [...] a formação moral – em Pestalozzi – delinea-se em termos cada vez mais nitidamente Kantianos: como submissão a um imperativo interior que a disciplina também permite realizar e desenvolver; 3. A instrução, à qual Pestalozzi dedicou a mais ampla atenção e que desenvolveu particularmente em Como Gertrude instrui seus filhos, de 1801, segundo o qual, no ensino, é necessário sempre partir da intuição, do contato direto com as diversas experiências que cada aluno deve concretamente realizar no próprio meio. Sem fundamento intuitivo, toda verdade, para os rapazes, é apenas um jogo tedioso e inadequado às suas capacidades; partindo da intuição, Pestalozzi desenvolve uma educação elementar que parte dos elementos da realidade, [...] essa didática da intuição segue as próprias leis da psicologia, a infantil em particular, que procede gradativamente da intuição de simples objetos para sua denominação e desta para a determinação das suas propriedades, isto é, a capacidade de sua descrição e desta para a capacidade de formar-se um conceito claro, isto é, de defini-los (CAMBI, 1999, P.418-419).

Pestalozzi foi uma personalidade no âmbito educativo de destaque na Europa; rerepresentou as ideias de Rousseau, fez uma revolução prática e paralela à de Rousseau; como educador mos-

trou-se preocupado com os problemas da pedagogia que tinham profunda relação com a sociedade contemporânea e apresentou uma reflexão sociopolítica que estava interagindo com sua proposta pedagógica. Ele criticou a ordem social do seu tempo colocou-se ao lado do povo, reivindicou reformas em favor da liberdade, da igualdade e uma educação com formação humana com ênfase à consciência nacional, ao patriotismo e a paz. Pestalozzi apontou a experimentação educativa conjugada com a reflexão pedagógica, com toda a sua problematicidade, centralidade e densidade histórica, isso faz dele um grande mestre da pedagogia contemporânea, ao lado de outros que deram grandes contribuições no debate mais específico sobre a pedagogia romântica.⁵

Toda essa forma de pensamento citada anteriormente, principalmente a educação do ponto de vista nacional, conjugada com a liberdade e criatividade esteve em pauta e foi debatida no século XIX, não só por pensadores europeus, mas também por educadores brasileiros. Nesse pensar, ocorreram diferentes formas de organizar as aulas e trabalhar com os conteúdos nas escolas elementares pouco antes da República no Brasil; assim, arrolava o individual, simultâneo, o mútuo ou misto pautado na prática da memorização. Nos meados de 1870 passou a ser difundido o método intuitivo, que foi uma prática na segunda metade do século XIX nas escolas brasileiras, expresso nas ideias pedagógicas a partir da Reforma Leôncio de Carvalho. Nessa época, no Rio de Janeiro ocorreram as conferências pedagógicas, com o objetivo de atualizar os professores com informações e circulação de material impresso entre cartilhas, livros e periódicos. Ocorreram também as reuniões em sociedade literárias e científicas, academias e institutos disseminaram os intercâmbios (VEIGA, 2007).

O Decreto n. 7247, de 19 de abril de 1879 instituiu a Reforma Leôncio de Carvalho, esta, reformou o ensino primário, secundário

⁵ Schiller, Goethe, Von Humbold, Fichte, Schleiermacher, Richter e Fröbel e numa posição mais crítica o pensamento educativo de Hegel, em outra posição mais realista, a grande lição pedagógica de Herbart.

e superior, tratava-se de um texto composto de 174 itens agrupados em 29 artigos, fazia referência à moralidade e higiene, o “discurso pedagógico era de teor médico-higienista,” a educação como remédio para curar as doenças da sociedade e da civilização, ou seja; a instrução com o propósito de curar as doenças da ignorância e da pobreza; e em continuidade com a Reforma Couto Ferraz, manteve a obrigatoriedade do ensino primário dos 7 aos 14 anos (art. 2º). A inovação dessa reforma foi a criação de jardins de infância para crianças de 3 a 7 anos (art. 5º), e dentre outros aspectos deu atenção ao funcionamento da educação nas províncias (SAVIANI, 2008, p. 136-138).

Desse modo, no final do século XIX a educação era envolvida por um movimento intelectual e político que reivindicava melhorias da qualidade pedagógica no ensino, por outro lado encontrava-se em precárias condições, marcando as contradições desse processo. Assim, houve imensa iniciativa em regular a educação via leis, decretos e pareceres. Com destaque para os pareceres sobre a reforma do ministro Leôncio de Carvalho. Onde os princípios pedagógicos remetem ao método intuitivo ou lições de coisas. A crença pedagógica em relação a este método era que ele poderia resolver o problema da ineficiência do ensino, sua prática remetia ao manuseio de coisas, instrumentos, mas para usar esse material era preciso uma orientação metodológica por parte do professor, onde “a chave para desencadear a pretendida renovação é a adoção de um método de ensino: concreto, racional e ativo, denominado ensino pelo aspecto, lições de coisas ou ensino mútuo” (VALDEMARIN, 2004, p. 104).

O método intuitivo foi adotado na segunda metade do século XIX nas escolas europeias, americanas e brasileiras. Foi a pauta nas propostas pedagógicas que foram implementadas no final do império e teve em Rui Barbosa seu grande defensor, sistematizando princípio e fundamentos através de seus célebres Pareceres, ao mesmo tempo em que surgiu “a tradução do livro de Calkins sobre

as lições de coisas que é a essência do método intuitivo. Caetano de Campos foi um entusiasta desse método e por ele se guiou na organização das escolas-modelo e dos grupos escolares”, este último, foi a forma de organização escolar a partir de 1893 no regime republicano (SAVIANI, 2004, p.27).

A pedagogia do ensino livre defendida pela Reforma Leôncio de Carvalho foi a expressão de destaque na educação do final do império, e o método intuitivo foi mantido quando da criação dos grupos escolares na Primeira República até a década de 1920, quando começou a ganhar corpo o movimento da escola nova. Entretanto, as precárias condições do ensino brasileiro no final do século XIX, que envolvia as condições de trabalho dos mestres, o não acompanhamento da implementação das inovações de forma efetiva e o não acesso significativo por parte dos professores às novidades pedagógicas, comprometeu as iniciativas governamentais de modernizar a educação.

Considerações finais

A pedagogia no final do século XIX na educação brasileira apresentou um desenho diferente, o momento era de mudança, surgia uma nova ordem, a República. A partir deste novo regime, a educação ganhou importância, porque formaria um novo homem, com uma formação diferente daquele da educação do período da Monarquia. Nesse sentido, a pedagogia não poderia ser a mesma, deveria ser renovada de acordo com a proposta política do projeto civilizador republicano. Por mais, que a Constituição (1891) não tenha dado a devida atenção, mas os teóricos e políticos daquele momento travaram fervorosos debates, a disputa foi intensa entre a Igreja e o Estado, coube a este último, a responsabilidade de gerir a educação.

A proposta era uma escola laica, gratuita, nacional; na nova escola da República, o saber, a aprendizagem, o ensino, a relação

pedagógica teve esta orientação, o que possibilitou a pedagogia na educação brasileira se reorganizar em novas bases, onde a influência de civilidade, de liberdade e da escola moderna francesa, principalmente, foi a referência, tendo como âncora os argumentos de Condorcet e também do Suíço Pestalozzi.

As características da instrução pública apresentada nessa fase revelam os interesses de uma classe social burguesa a favor da razão científica dos fatos, na perspectiva de unir as chamadas ciências morais com as ciências físicas. As orientações pedagógicas consideravam a cultura, a função educativa da arte, o desenho, o desenvolvimento das capacidades cognitivas, a pedagogia enquanto saber e suas bases de cientificidade, a reorganização técnica; que incluiu a funcionalidade, operacionalização, a inferência na estrutura curricular, as demandas, o funcionamento da escola, articulados à liberdade e apresentando evidências de criatividade, onde a experimentação educativa partindo da intuição. O método intuitivo e as lições de coisas foi à forma apresentada na época como um avanço pedagógico, juntamente com o discurso higienista, onde a educação era visualizada como um remédio aos males da sociedade. Nessa época no Brasil, além dos debates entre os conservadores, os liberais e a Igreja, já ocorriam às reivindicações quanto às melhorias desse processo para um ensino de qualidade, onde as palavras de ordem eram: **a educação como um direito**.

Referências bibliográficas

ALVES, Gilberto Luiz. Apresentação. In: **Escritos sobre a instrução pública**: Condorcet. Trad. de Maria Auxiliadora Cavazzotti, Lígia Regina Klein e Fani Goldfarb Figueira. Campinas: Autores Associados, 2010, p.4-5.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU). 1999, P. 365.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e Pedagogia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985, p. 180.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. **A origem da escola moderna: o legado de Condorcet**. Acta Scientiarum. Education – Maringá, v. 32, n. 1, p. 67-74, 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=Condorcet+e+a+concep%C3%A7%C3%A3o+de+escolas+centrais+fran%C3%A7a>, acesso dia 28/05/2014 às 11: 05

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008, p. 15- 136-138.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Estudando as Lições de Coisas: Análise dos fundamentos filosóficos do método de ensino intuitivo**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 104.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.